

Senado terá que votar 11 MPs. Comissão mista estuda mudanças

Criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e inclusão do biodiesel na matriz energética nacional são assuntos disciplinados nas medidas provisórias em pauta. Comissão que analisa mudanças nas normas referentes às MPs realiza hoje sua primeira reunião

Página 3

Paim e Ideli aplaudem mínimo com aumento real

O anúncio do governo de que o salário mínimo pode ser aumentado para R\$ 290 ou R\$ 300 foi aplaudido pelo senador Paulo Paim. Líder do bloco de apoio ao governo, a senadora Ideli Salvatti previu que o grande debate no âmbito do Orçamento de 2005 será travado em torno do aumento do mínimo, da correção da tabela do Imposto de Renda e do ressarcimento das perdas do ICMS pelos estados exportadores. Mas a prioridade, segundo ela, deve ser o mínimo com aumento real.

Página 4

Delcidio quer norma para mineração em reservas

Relator de comissão que analisa questões fundiárias, o senador Delcidio Amaral informou que apresentará proposta para disciplinar extração mineral em terra indígena.

Página 2



CONCLUSÃO Antero de Barros e Sérgio Guerra ouvem o relator José Mentor: CPI se aproxima do final dos trabalhos

Relatório da CPI do Banestado deve ser lido hoje

O resultado de um ano e meio de investigações sobre operações de remessa de dólares para contas de pessoas físicas e jurídicas no exterior deve ser conhecido hoje. Está prevista para as 10h a leitura do documento de mais de 600 páginas elaborado pelo relator da CPI do Banestado, deputado José Mentor. O relatório poderá ser votado até o fim de semana.

Página 3

Sarney e Maguito mantêm apoio ao governo



PREOCUPAÇÃO Sarney (na foto, em entrevista à TV Senado) lamenta que PMDB tenha entrado "numa crise muito grave"

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que as bancadas do PMDB no Senado e na Câmara mantêm a posição "de ajudar o país apoiando o presidente Lula". Ele disse que o PMDB entrou "numa crise muito grave" com a convenção de domingo, que decidiu pelo afastamento do partido da base governista. O senador Maguito Vilela declarou, em discurso no Plenário, que continuará a apoiar o governo, a despeito do que foi decidido na convenção.

Página 4



PARTICIPAÇÃO Proposta do governo é fruto de ampla consulta às entidades do setor, ressalta Sibá

Sibá apóia regra para gestão de florestas públicas

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu ontem o anteprojeto de lei do governo para a gestão de florestas públicas por meio de instrumentos como a criação de unidades de conservação e a concessão de uso. De acordo com o senador, o anteprojeto prevê a criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, "aspectos fundamentais para o desenvolvimento do setor". Sibá disse que a proposta recolheu subsídios fornecidos por ampla consulta pública e recebeu mais de 600 emendas.

O senador lembrou que mais de 90% da produção florestal nativa do país vêm da Amazônia, acrescentando que o Brasil tem a segunda maior área florestal do mundo, ficando atrás apenas da Rússia, e a maior diversidade de espécies do planeta.

Mesmo assim, lamentou ele, não existe no arcabouço jurídico nacional instrumento específico que defina a gestão das florestas públicas, e as formas de acesso estabelecidas são insuficientes.

Agenda

Plenário tem a pauta trancada por medidas provisórias

A pauta do Plenário, que realiza sessão hoje a partir das 14h30, está trancada por medidas provisórias (MPs) e projetos de conversão originados das MPs. O primeiro item a ser votado é o projeto que reajusta

a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), paga aos professores das instituições públicas de ensino superior (PLV 55/04). O texto foi originado da Medida Provisória 208/04.

Senado inaugura central de relacionamento com o cidadão

Com a presença do presidente do Senado Federal, José Sarney, será inaugurada hoje, às 12h, a nova central de relacionamento com o cidadão, chamada Alô Senado. O serviço deve receber ligações de todo o país e também recolher as sugestões, opiniões e críticas do cidadão a respeito dos trabalhos legislativos.

Serão 50 postos de atendimento simultâneo para acolher as chamadas, que podem ser feitas pelo 0800 61-2211.

A iniciativa possibilitará a criação de um banco de idéias legislativas e a realização de pesquisas de opinião, entre outras facilidades.

CAE analisa projeto sobre royalties de petróleo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje às 10h30. Entre os itens da pauta está o projeto que estabelece critérios para a repartição dos royalties sobre o aumento da produção de petróleo e gás



natural no país, para compensar as perdas por conta do ICMS (PLS 222/04). A partir das 15h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota matérias de créditos suplementares.

Tarso Genro fala à Comissão de Educação

O ministro da Educação, Tarso Genro, participa da reunião da Comissão de Educação (CE), às 10h30. Ele fala sobre a reforma universitária e sobre o projeto Universidade para Todos. Às 14h30, a

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota a mensagem do Executivo indicando Jerson Kelman para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.



Indicação para o TST e criação do estado do Planalto na CCJ



A primeira parte da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 11h, se destina à análise da indicação de Aloysio Silva Cordeiro para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na segunda parte, o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, participa de audiência pública sobre a criação do estado do Planalto Central.

Necessidades especiais

A Subcomissão das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais realiza audiência hoje, às 14h. Entre os convidados, representantes da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

Relatórios finais

A subcomissão que acompanha a Operação Pororoca, da Polícia Federal, define roteiro de trabalho hoje, às 11h30. Às 17h, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Desmanche e a Comissão do Ano da Mulher reúnem-se para votação dos respectivos relatórios. Às 10h, a CPMI do Banestado também examina seu relatório final.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CONFLITOS Comissão examina amanhã situação encontrada em Rondônia, informa Delcídio

Delcídio anuncia relatório sobre a reserva Roosevelt

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) comunicou que deverá ser examinado amanhã o relatório sobre a situação encontrada em Rondônia, onde 29 garimpeiros foram assassinados na reserva Roosevelt. Relator na comissão temporária criada para analisar problemas fundiários em alguns estados brasileiros, Delcídio antecipou que apresentará propostas que disciplinem a extração mineral em áreas indígenas.

Resumindo a atuação do colegiado durante o ano, Delcídio lembrou que já foram visitados os estados de Roraima, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rondônia. No início do próximo ano, observou, a comissão estará em Mato Grosso e o governador Blairo Maggi já se colocou à disposição dos parlamentares.

Quanto à situação em Roraima, Delcídio afirmou que o debate envolveu várias lideranças políticas, indígenas e empresariais. O principal problema encontrado, disse, foi a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol. Ele explicou que a maioria da população não concorda com a demarcação contínua, e as próprias etnias indígenas têm discordância a esse respeito.

Em Santa Catarina e em Mato Grosso do Sul, ressaltou o senador, o motivo das preocupações é que parte das terras que foram vendidas quando da colonização do país estão sendo cobradas pelos índios. Solução para o problema está sendo negociada, com a participação do Ministério da Justiça, antecipou ele.

Delcídio pediu a retirada de pauta do PLS 188/04, que estabelece procedimentos para a demarcação de terras indígenas no país. Sua intenção é que a matéria seja aperfeiçoada antes de ir a votação.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



INICIATIVA Para Arthur Virgílio, ação foi comandada por José Dirceu e executada por Waldir Pires

Virgílio acusa o governo de chantagem para calar oposição

Uma antiga pendência no Ministério do Planejamento, relativa a convênio do tempo em que era prefeito de Manaus, levou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) a acusar o governo de fazer chantagem para tentar calar a oposição. Para ele, essa foi uma ação de caráter político, comandada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e executada pelo corregedor da União, Waldir Pires.

Em matéria publicada pelo *Correio Braziliense*, o Ministério do Planejamento diz que a aplicação de uma parte dos recursos (Cz\$ 165 mil, à época) transferidos para a prefeitura, relativa à perfuração de poços artesianos, não havia sido comprovada. Corrigido, o valor seria hoje de R\$ 144,3 mil. Virgílio disse que o valor devido não é esse, e sim R\$ 59,05, e que não havia qualquer registro de pendência na prefeitura. Mesmo assim, recolheu a quantia.

— É óbvio que haviam vasculhado os meus 20 anos de vida pública e só encontraram isso. Quando percebi essa atitude mesquinha na minha direção, procurei o senador Aloizio Mercadante e disse que acredito que não foi o presidente Lula nem ele, então não tem como não ter sido o José Dirceu — disse.

Virgílio afirmou que em encontro com José Dirceu na casa do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), para tratar do assunto, o ministro negou qualquer participação no episódio. Em aparte, Eduardo ressaltou que o “elevado nível” da conversa só fez aumentar o respeito e a admiração que nutre pelo senador.

Arthur Virgílio também recebeu a solidariedade dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Paulo Paim (PT-RS).

Onze medidas provisórias estão trancando a pauta

■ Também tramita em regime de urgência projeto que torna imprescritível crime sexual contra menor

Mais quatro medidas provisórias (MPs) — duas delas tramitando na forma de projetos de lei de conversão (PLVs) — foram lidas na sessão plenária de ontem e passaram a obstruir a pauta. A MP 215/04 trata do reajuste de 10% aos militares. O PLV 61/04, que altera a MP 216/04, cria um plano de carreira para os servidores do Incra. O PLV 62/04, que muda a MP 217/04, autoriza créditos no to-

tal de R\$ 1,3 bilhão para vários ministérios. E a MP 218/04 autoriza a União a fornecer equipamentos e auxílio técnico aos países africanos para combater a praga de gafanhotos.

Essas proposições somam-se às outras sete medidas provisórias — seis delas transformadas em PLVs — que já obstruíam a pauta desde a semana passada. Entre elas estão o PLV 56/04, que modifica as alíquotas de tributação dos planos de previdência privados, o PLV 59/04, que institui o Programa Universidade para Todos (ProUni), e o PLV 60/04, que inclui o biodiesel na matriz energética brasileira.

Também obstruem a pauta dois projetos de lei que trami-

tam em regime de urgência: o PLS 253/04, de autoria da CPI da Exploração Sexual, que, entre outras mudanças no Código Penal, torna imprescritíveis os crimes sexuais cometidos contra menores, e o PLC 48/04, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Parcerias

O projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs) está pronto para ser incluído na pauta do Senado, em regime de urgência, assim que as 11 medidas provisórias sejam votadas. A proposta já foi examinada pelas Comissões de Infra-Estrutura, de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.



PARECER Relator do projeto, Augusto Botelho é contra restrição de idade para paciente receber implante

CAS examina uso de prótese de silicone em menores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve examinar amanhã, a partir das 11h, emenda apresentada em Plenário ao substitutivo a projeto de lei da Câmara dos Deputados (26/99) que regulamenta o uso médico de próteses de silicone. O relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR), apresentou parecer pela rejeição da emenda, que proíbe os implantes e próteses de silicone em pacientes menores de 18 anos.

Augusto Botelho explica que em alguns casos, como o uso de prótese mamária, a implantação pode ser importante para o bem-estar e desenvolvimento psicológico da adolescente. A emenda que proíbe esse uso já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Como tramitam em caráter teminativo, os outros oito projetos de lei constantes da pauta da CAS só poderão ser votados se a ordem do dia do Plenário for desobstruída.

Entre as matérias está o projeto do então senador Carlos Bezerra que considera nulos acordos e convenções que permitam desconto nos salários de importâncias relativas a cheques recebidos sem fundos (PLS 190/02). A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Há ainda parecer favorável do senador Sibá Machado (PT-AC) relativo a projeto (PLS 512/03) do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que torna obrigatória a proteção contra a radiação ultravioleta nos óculos de sol. O relator explica que óculos escuros sem essa proteção acabam sendo mais prejudiciais à saúde, porque tornam os olhos mais expostos à radiação.



DECISÃO Plenário precisa examinar MPs para deliberar sobre proposta que institui as parcerias público-privadas

Comissão ouvirá líderes sobre novas regras para MPs

A comissão mista especial criada para estudar um novo modelo de tramitação das medidas provisórias (MPs) realiza hoje, às 9h, reunião para definir sua pauta de trabalhos, principalmente quanto às audiências em que serão ouvidas as opiniões dos líderes partidários na Câmara e no Senado sobre o assunto. A comissão é presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e tem como relator o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF).

A idéia, segundo Antonio Carlos, é compatibilizar a emissão das MPs e a continuidade das votações do Congresso. E isso, acrescentou, deve ser alcançado por meio da definição clara e objetiva dos critérios de edição das medidas provisórias.

Relatório final da CPI do Banestado deve sair hoje

O deputado José Mentor (PT-SP) deverá ler hoje, às 10h, o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, que investigou o envio ilegal de divisas para o exterior. Se nenhum integrante da CPI pedir vista, o relatório poderá ser analisado em seguida. Caso contrário, a matéria será votada pelo colegiado até o fim da semana.

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), disse que Mentor quer concluir a votação até amanhã, quando se encerra o período legislativo. O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), lembrou que as atividades do Senado deverão ser estendidas até o dia 22, o que facilita a conclusão da votação.

O relatório tem mais de 600 páginas e deveria ter sido apresentado no último dia 9, mas problemas

na impressão acabaram determinando o adiamento. Os três meses de paralisação dos trabalhos da CPI levaram Antero a reconhecer que não há mais tempo para ouvir pessoas que já haviam sido convidadas, como o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco, que deporia pela segunda vez. Na lista de depoentes ainda constavam os nomes do ex-prefeito Paulo Maluf, de São Paulo, e de Cássio Casseb, ex-presidente do Banco do Brasil.

Contas CC-5

A CPI investigou a remessa ilegal de cerca de US\$ 30 bilhões para o exterior, por meio das chamadas contas CC-5, destinadas a brasileiros que residem no exterior e empresas com sede no estrangeiro.

As divisas teriam sido enviadas para a agência do Banestado em Nova York, e depois remetidas para os chamados paraísos fiscais.

Paim elogia anúncio de aumento real do mínimo

■ Para o senador, governo acerta ao divulgar previsão de reajuste do piso salarial para R\$ 290 ou R\$ 300

O senador Paulo Paim (PT-RS) celebrou o anúncio feito pelo governo de que o salário mínimo pode ser reajustado para R\$ 290 ou R\$ 300. Para ele, o governo está agindo sabiamente nessa questão, que envolve 115 milhões de brasileiros. Ao comparar o índice de reajuste com a inflação registrada de abril a dezembro deste ano, o senador concluiu que o percentual significará um aumento real acima de 10%.

Paim comentou que, “felizmente, aqueles que levantavam



Roosevelt Pinheiro

DÚVIDA Paim manifesta preocupação com percentual de reajuste para aposentados

a tese de que o salário mínimo dos aposentados deveria ser desvinculado dos da ativa recuaram e nesse assunto não se fala mais”. Mas reafirmou suas preocupações com os aposentados e pensionistas do regime geral da Previdência,

que ganham entre 1,1 e 7 salários mínimos.

– Ainda não foi anunciado o percentual de reajuste que será concedido a esse grupo, que hoje está em torno de 10 milhões de pessoas – disse.

O senador defendeu também uma discussão a respeito da queda no valor de aposentadorias e pensões, que vem ocorrendo ao longo dos anos.

– Se negligenciarmos aqueles que produziram ao longo de suas vidas, num futuro próximo todos os aposentados desse país vão estar ganhando somente um salário mínimo.

Na opinião de Paim, a realidade terá que ser enfrentada. Caso contrário, observou, esses cidadãos vão preferir entrar no caminho da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social).

Medida terá impacto sobre a distribuição de renda, diz Ideli

A líder do bloco de apoio ao governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), disse que o grande debate na discussão do Orçamento 2005 será travado entre o aumento do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e o ressarcimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos estados exportadores.

Para a parlamentar, o mais importante desses três assuntos é o salário mínimo, porque atende a uma quantidade significativa de brasileiros e é uma

das principais políticas para desconcentrar a renda.

– É preciso haver o crescimento com distribuição de renda – afirmou, lembrando que a elevação do mínimo representa para muitas cidades recursos superiores aos distribuídos pelo Fundo de Participação dos Municípios.

Ideli, em resposta às acusações de corrupção formuladas pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), listou as 23 operações empreendidas pela Polícia Federal no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Nelas, assinalou,



Roosevelt Pinheiro

RELEVÂNCIA Para Ideli, o aumento do mínimo será o principal tema dos debates do Orçamento de 2005

foram presas 500 pessoas, sendo 129 funcionários públicos, dentre estes, 45 policiais federais.

Em aparte, Paulo Paim parabenizou a senadora pela liderança do bloco de apoio ao governo.

Violência deixa Suassuna indignado

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou sua indignação com a violência crescente que vem vitimando principalmente os jovens entre 15 e 24 anos de idade. Nos últimos três anos, salientou, o número de jovens assassinados no Brasil foi maior do que o de soldados norte-americanos mortos em dez anos de guerra do Vietnã – 55 mil.



Roosevelt Pinheiro

ESTATÍSTICA Suassuna: em três anos, morreram mais jovens que soldados dos EUA na guerra do Vietnã

Suassuna mostrou, em Plenário, um quadro doado pelo pintor alagoano Sátyro que será entregue ao ministro da

Justiça, Márcio Thomaz Bastos. A obra *Bala Perdida* mostra uma mãe com seu filho assassinado ao colo. A idéia, disse o senador, é sensibilizar governo e sociedade “para evitar a matança dos nossos jovens”.

O senador citou dados de documento da Unesco (*Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil*) mostrando que, de 1993 a 2002, os homicídios de jovens de 15 a 24 anos cresceram 88,6%. Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) também manifestou preocupação com o problema.



Geraldo Magela

COMPETIÇÃO Sarney (D) recebe integrantes da associação de desporto em cadeira de rodas, que pedem apoio para jogos mundiais

Sarney: bancadas do PMDB mantêm apoio ao governo

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que o PMDB entrou “numa crise muito grave” com a realização da convenção de domingo, mas que “permanece a decisão das bancadas no Senado e na Câmara de manter a posição atual de ajudar o país apoiando o presidente Lula”.

O senador considera a convenção “inteiramente ilegal” do ponto de vista jurídico, e criticou o deputado Michel Temer: “Ele não se conduziu como presidente do partido, mas de uma maneira muito facciosa, estimulando a divisão”.

Para Sarney, o alto número de suplentes – que teriam sido irregularmente convocados – demonstra que a convenção

“foi um fracasso”, com a ausência da maioria dos membros efetivos. Ele acredita também que a reunião ainda poderá ser anulada por decisão judicial.

Para Sarney, qualquer tentativa da cúpula do PMDB de atrair para um acordo o grupo que deseja ficar na base do governo foi inviabilizada.

Desporto

Acompanhado de portadores de deficiência, o presidente da Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas e Amputados, Ciraldo de Oliveira Reis, foi recebido ontem por José Sarney, a quem pediu apoio para os jogos mundiais da categoria, que acontecerão em setembro do próximo ano, no Rio de Janeiro.

Maguito afirma que vontade do povo deve ser respeitada

Maguito Vilela (PMDB-GO) disse ontem que continuará a apoiar o governo, a despeito da decisão da convenção nacional do PMDB, que decidiu por deixar a base governista. Conforme Maguito, o governo não é só honesto; também é competente e precisa do apoio do partido para cumprir suas promessas eleitorais.

Depois de informar que sua decisão é semelhante à dos deputados federais do PMDB de Goiás, o senador lembrou que fez campanha por Lula e que a decisão da maioria do povo deve ser respeitada. Até porque já há dois grandes partidos – o PSDB e o PFL – na oposição. Caso o PMDB também passasse a engrossar as fileiras oposicionistas, a tramitação



Roosevelt Pinheiro

RISCO Maguito diz que exame de projetos ficaria prejudicado se PMDB fosse para a oposição

de matérias nas duas Casas do Congresso ficaria ainda mais “lenta”, prejudicando a “governabilidade”.

Em aparte, Renan Calheiros (PMDB-AL) chamou atenção para o que considera ilegalidades na convenção do PMDB.